

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Uma convicção pode ser a mais perversa das prisões. Quando o que sei não pode ser questionado, escuto apenas aquilo que confirma o que acredito. O que é diferente recuso. Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo. Preso às minhas convicções, reduzo a possibilidade de pensar. Não há como aprender sem estar disposto a mudar de ideia, e para mudar de ideia é preciso aceitar que minha convicção pode estar errada.

Polarização é quando duas convicções opostas ocupam todos os espaços do debate político. Quando não há adversário, mas inimigo. As alternativas, aquelas posições que não se encaixam em nenhum dos dois lados, são postergadas ou negadas. O debate se faz impossível. É como se as mensagens transitassem por canais paralelos ou fossem ditas em línguas diferentes. Pior: a língua é a mesma, as palavras são iguais – mas significam coisas diferentes, dependendo de quem diz.

Paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa quem disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato. Trocam-se palavras de ordem e memes, há menosprezo pelo argumento. Quem não está alinhado com uma das duas posições dominantes não tem voz: o que disser será entendido como apoio ou crítica a um dos dois polos. As ideias se impõem por relação de força – não a força da razão, mas a razão da força. Quem grita mais leva. As posições são sempre muito delimitadas, não existem nuances. É a morte das ideias, o fim da inteligência.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: nunca ninguém reclama de ter recebido pouco, disse o filósofo francês René Descartes no início de seu **Discurso do método**. Com as ideologias ocorre algo semelhante: nunca ninguém se queixa de ter o juízo distorcido pela própria ideologia. O viés ideológico só afeta os outros. Jamais nos questionamos: será que eu também não estou vendo a realidade? E se o que para mim é tão óbvio for produto de uma ideologia que não me permite ver diferente? É tão claro e tão evidente que não há espaço para dúvidas – e isso é muito perigoso.

BRUZZONI, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-11 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto e das suas propriedades linguísticas, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, no debate político, a polarização tem como consequência a produção de convicções opostas que ocupam esse debate e postergam ou negam posições que não se encaixam em nenhum dos lados.
- 2 Segundo o texto, a morte das ideias acontece quando os argumentos não são ouvidos e deixam de ser importantes, sendo substituídos pela força, pelo grito.
- 3 O autor caracteriza a convicção como uma prisão porque uma pessoa que acredita ter toda a razão desconhece o diálogo, reduz a possibilidade de pensar e se mostra sem condições de aprender.
- 4 Consoante as ideias do texto, o problema da ideologia é que ela cria uma realidade clara e evidente sobre a qual inexiste qualquer dúvida, havendo apenas a certeza de que o viés ideológico afeta somente os outros.
- 5 O texto é construído com base nas tipologias informativa e argumentativa.

Em relação aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- 6 No período “Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo”, o emprego de cada uma das vírgulas é justificado por uma regra específica.
- 7 No segundo parágrafo do texto, o presente do indicativo é empregado na descrição de propriedades abstratas e na narrativa de fatos que se estendem aos dias atuais.
- 8 Na oração “Trocamos palavras de ordem e memes”, a substituição de “Trocamos” por **Troca-se** é gramaticalmente correta, sendo motivada pela indeterminação do sujeito da oração.
- 9 O pronome “isso”, em “e isso é muito perigoso”, atua como um elemento de coesão referencial, uma vez que resume todo o conteúdo do parágrafo.

Em relação ao Distrito Federal e considerando os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

- 10** O Distrito Federal apresenta o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil – mais do que o dobro da média nacional –, porém convive com intensa desigualdade interna, possuindo um dos maiores índices de Gini entre as unidades federativas.
- 11** Entre 2010 e 2022, a maioria dos municípios do entorno do DF (RIDE-DF) cresceu demograficamente em ritmo superior ao do próprio Distrito Federal.
- 12** O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, criado em 1960, no ano de inauguração da capital federal, consolidou-se como um marco cultural da capital federal – é o festival de cinema mais antigo do País e simboliza a relevância de Brasília no cenário audiovisual nacional, com a sua premiação Troféu Candango.
- 13** O pico do Roncador é o ponto mais alto localizado dentro dos limites do Distrito Federal, situando-se na região administrativa de São Sebastião.

Em relação à legislação nacional e distrital que trata da educação, julgue os itens a seguir.

- 14** Considerando o aumento das importações para a China, o Distrito Federal estabeleceu como requisito obrigatório, em sua Lei Orgânica, o mandarim como disciplina obrigatória em todas as etapas da educação básica.
- 15** Prezando pela neutralidade do ensino, o calendário escolar não deverá incorporar a temática da igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres de forma transversal no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
- 16** Suponha-se que uma pedagoga do Distrito Federal tenha decidido reunir vários professores para estabelecer que, a cada ano, seja realizada uma atividade avaliativa integrando, no mínimo, três disciplinas, abordando temas do currículo ensinado. Nesse caso, é correto afirmar que, ao adotar esse formato, a pedagoga adequou-se às novas metodologias que devem ser empregadas na educação brasileira.

- 17** Um professor deseja dar aula na educação pública do Distrito Federal para o ensino médio. Ele possui um curso de pedagogia e cursos de extensão em matemática. Nesse caso, é correto afirmar que ele está totalmente habilitado a trabalhar no ensino médio, sendo considerado profissional de educação.
- 18** Suponha-se que um professor de matemática do ensino fundamental do Distrito Federal tenha ensinado aos seus alunos que a sua disciplina tem como objetivo fornecer formatos para que eles possam resolver as questões. Para ele, não importava qual método o aluno utilizaria para chegar ao resultado, desde que demonstrasse, por raciocínio lógico, os motivos que tornassem verdadeira a afirmação. Nesse caso, é correto afirmar que o entendimento do professor está em consonância com as competências de matemática para o ensino fundamental.

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte.

- 19** Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

- 20** Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.
- 21** Suponha-se que uma servidora do Distrito Federal tenha sido convocada por sua gestão a participar de um treinamento sobre assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, a servidora argumentou que foi aprovada em concurso público para exercer as suas atividades em pedagogia, e não para participar de treinamentos. Diante disso, a gestora alertou que a recusa poderia acarretar sanções disciplinares. Nesse caso, é correto afirmar que a gestora agiu de maneira adequada.

Uma escola do campo X, localizada no Distrito Federal, caracteriza-se por atender a diferentes modalidades e demandas educativas da comunidade local. Durante os turnos da manhã e da tarde, a instituição organiza turmas multisseriadas do ensino fundamental, contemplando estudantes de diferentes anos em uma mesma sala. No período noturno, oferta a educação de jovens e adultos (EJA), atendendo majoritariamente agricultores familiares que conciliam o estudo com o trabalho no campo. Nesse momento, encontra-se em processo de implementação de um projeto de tempo ampliado, voltado à educação integral, que busca fortalecer aprendizagens e expandir oportunidades formativas. Além disso, recentemente, a comunidade denunciou contaminação do rio local. O conselho escolar propôs um projeto interdisciplinar (“Água, trabalho e vida no campo”), integrando ciências, geografia, língua portuguesa e matemática; que incluiria educação ambiental transversal, uso crítico de TICs (quando disponíveis) e avaliação processual. Parte do corpo docente resiste: defende manter provas padronizadas; calendário urbano; e proibir o uso pedagógico de celulares. Na EJA, alguns sugerem aplicar o mesmo plano das turmas diurnas. Um dos desafios recorrentes enfrentados pela escola é a conectividade intermitente, o que limita o uso contínuo de recursos digitais nas práticas pedagógicas. Nesse momento, o PPP está em revisão.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as políticas públicas vigentes como referência, julgue os itens a seguir.

- 22** Suponha-se que, na escola do campo X, a defesa de provas padronizadas como instrumento exclusivo de avaliação contraria o princípio da contextualização curricular (LDB, art. 28) e o da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI), ao mesmo tempo em que reforça a lógica de responsabilização prevista em algumas políticas de avaliação em larga escala (como a Prova Brasil). Nesse sentido, é correto afirmar que tal prática, embora inadequada ao contexto da escola do campo, encontrará respaldo parcial em políticas de monitoramento de qualidade da educação básica.
- 23** A adoção de um projeto interdisciplinar que se baseia em educação ambiental e integração de áreas do conhecimento está em consonância com a BNCC (2017), que prevê temas transversais e com o PNE, que trata da melhoria da qualidade da educação. Entretanto, se o projeto não considerar a especificidade do currículo da EJA e das turmas multisseriadas, ele incorre em contradição com as Diretrizes para a Educação Básica: escolas do campo e EJA.
- 24** Suponha-se que a intermitência da conectividade digital da escola do campo X pode justificar a limitação do uso de TICs no processo pedagógico, desde que alternativas analógicas sejam previstas. Nesse caso, é correto afirmar que, ao proibir pedagogicamente o uso de celulares, a escola descumpra tanto a Política Nacional de Educação Digital quanto as orientações do Plano Nacional de Educação (Meta 5, quando relaciona alfabetização e letramento digital), pois deixará de explorar a tecnologia como recurso pedagógico inclusivo.

- 25** A prática docente de adotar exclusivamente provas padronizadas, rejeitando metodologias interdisciplinares e o uso pedagógico de tecnologias, aproxima-se mais da tendência tradicional do que da tecnicista, já que priorizará a centralidade do professor como transmissor de conteúdos e a memorização como forma de aprendizagem.
- 26** O modelo de avaliação processual proposto pelo projeto interdisciplinar contrapõe-se ao modelo de responsabilização individualizado presente nas avaliações externas. Porém, ao incorporar registros sistemáticos e autoavaliação, aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e da concepção formativa defendida pelo PNE (Estratégia 7.3). Logo, a coexistência entre avaliação formativa interna e exames externos de larga escala caracterizará um cenário de complementaridade coerente com as políticas públicas atuais.
- 27** Na revisão do PPP, caso a escola considere apenas diretrizes nacionais (BNCC, PNE e LDB), sem dialogar com legislações específicas como as Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Especial, o documento resultante será juridicamente válido, mas pedagogicamente frágil, pois ignorará normativas específicas de modalidades atendidas.
- 28** Aplicar o mesmo planejamento das turmas regulares diurnas para a EJA pode ser interpretado como garantia de equidade, já que assegura aos jovens e aos adultos o mesmo currículo. Contudo, isso fere o princípio da equidade na diferença previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, que recomendam metodologias diferenciadas. Essa contradição refletirá uma tensão entre a busca de igualdade formal e a necessidade de reconhecer desigualdades históricas.
- 29** O protagonismo do conselho escolar ao propor um projeto interdisciplinar é expressão da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI; LDB, art. 14). Entretanto, se a decisão não for homologada coletivamente no PPP, ela poderá carecer de legitimidade institucional, revelando que a gestão democrática exige tanto participação ampla quanto formalização nas instâncias oficiais da escola.
- 30** Suponha-se que o projeto de tempo ampliado da escola do campo X pode ser considerado uma ação de educação integral em consonância com a Meta 6 do PNE. Nesse caso, é correto afirmar que, se o projeto for implantado sem integração curricular, limitando-se ao aumento de tempo em sala, estará descolado da concepção de integralidade defendida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Integral, que entendem a integralidade como articulação entre escola, comunidade e território.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No início do ano, uma escola pública de ensino fundamental recebeu três novos alunos:

- uma aluna com baixa visão, que necessita de materiais em Braille e fonte ampliada;
- um aluno com deficiência intelectual leve, que precisa de adaptações curriculares individualizadas; e
- uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA), cuja família solicitou acompanhamento especializado em sala comum.

Parte da equipe docente acredita que não há obrigação legal de oferecer tais recursos, já que a escola não dispõe nem de estrutura nem de profissionais específicos.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015 –, julgue os itens seguintes.

- 31** Suponha-se que essa escola tenha decidido priorizar a oferta de alguns materiais acessíveis à aluna com baixa visão, enquanto outros seriam mantidos no formato padrão devido à alta complexidade da adaptação. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão estará alinhada à Declaração de Salamanca, que defende a criação de sistemas educacionais planejados para proporcionar uma relação custo-qualidade e respeitar as condições estruturais das instituições na promoção da inclusão.
- 32** No caso do aluno com deficiência intelectual leve, é correto afirmar que a Política Nacional de 2008 orientará que a escola comum deva assegurar a sua permanência em sala regular, com adaptações curriculares, ainda que a instituição não disponha de todos os recursos humanos no momento da matrícula.
- 33** O atendimento educacional especializado (AEE) passará a substituir a escolarização comum do aluno com deficiência intelectual, desde que seja apresentado o laudo médico que comprove a sua deficiência.
- 34** A Lei Berenice Piana (2012) garantirá à aluna, na condição de pessoa com TEA, o direito a um acompanhante especializado em sala de aula, cujos custos devem ser integralmente assumidos pelo Poder Público nos casos em que a família da aluna se encontre em condição de vulnerabilidade socioeconômica, desde que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento.
- 35** O fornecimento de materiais em Braille e fonte ampliada para a aluna com baixa visão é um dever da escola, devendo ser consideradas a acessibilidade comunicacional e a pedagógica como condições indispensáveis à inclusão escolar.

Um professor de história, em uma turma do ensino médio, observou que uma aluna surda ainda não acompanhava integralmente as atividades de leitura de textos históricos. Buscou apoio da equipe pedagógica e constatou que a escola havia se inscrito recentemente em um programa de formação docente para inclusão, porém ainda não formalizara estratégias no PPP. Diante disso, surgem dúvidas sobre quais normativas devem orientar a atuação da escola.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Parecer CNE/CP nº 50/2023 e Resolução CEDF nº 3/2023) –, julgue os itens a seguir.

- 36** A ausência de estratégias formais no PPP isenta a escola de garantir, de forma imediata, recursos de acessibilidade, já que o Parecer CNE/CP nº 50/2023 admitirá que a inclusão dependa exclusivamente da adesão prévia a programas de formação docente.
- 37** A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelecerá que a acessibilidade comunicacional – incluindo a presença de intérprete de Libras, os recursos visuais e os materiais adaptados – é dever da escola pública do DF, devendo constar no PPP e ser efetivada no cotidiano pedagógico.

Um centro de ensino em Taguatinga (DF) atende a 620 estudantes do ensino fundamental e médio, sendo 28 pertencentes ao público-alvo da educação especial. A escola iniciou a implementação do Caderno de Orientações Pedagógicas 2025; contudo parte do corpo docente ainda centra a avaliação em provas escritas e notas quantitativas, em desacordo com princípios da avaliação formativa. Em reunião pedagógica, a coordenação destacou o Currículo em Movimento – Educação Especial como referência orientadora do processo pedagógico e apresentou as orientações pedagógicas da educação especial como documento orientador complementar. Alguns docentes manifestaram receio de que o uso de *softwares* de leitura e de recursos de comunicação alternativa pudessem comprometer a autonomia de estudantes com deficiência visual e deficiência múltipla. A equipe também debateu se o atendimento educacional especializado (AEE) deveria ocorrer apenas em horários distintos (turno inverso), de forma paralela ao ensino regular, ou se precisaria manter articulação pedagógica constante com a sala comum.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 38** Ao orientar que o AEE seja planejado em articulação com o ensino regular, o Currículo em Movimento da Educação Especial reafirmará o paradigma inclusivo: o atendimento especializado não substitui conteúdos, mas fornece meios pedagógicos, recursos e estratégias acessíveis, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com os princípios da equidade previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).
- 39** A coexistência do currículo em movimento da educação especial e da Orientação Pedagógica da Educação Especial não configura sobreposição normativa, pois ambos são referenciais oficiais da SEEDF que se complementam: o primeiro no plano curricular e o segundo no plano operacional.
- 40** A compreensão do AEE como atividade paralela e substitutiva ao ensino regular, defendida por alguns docentes, vai ao encontro da proposta estipulada pelo currículo em movimento da educação especial e pela Orientação Pedagógica Da Educação Especial, assegurando o direito à escolarização em classes regulares.
- 41** A interpretação de que a Orientação Pedagógica da Educação Especial não possui caráter vinculante, restringindo-se a função meramente consultiva, ignora que esse documento, enquanto diretriz normativa distrital, vincula as práticas escolares à política inclusiva, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

- 42** A alegação de que *softwares* de leitura e comunicação alternativa podem produzir dependência tecnológica reflete as preocupações abordadas no Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2025, ao considerar que o uso excessivo dessas tecnologias pode substituir estratégias pedagógicas tradicionais, impactando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
- 43** A leitura correta do caderno de orientação pedagógica 2025 implica reconhecer que a tecnologia assistiva não é opcional ou acessória, mas instrumento de acessibilidade pedagógica obrigatória, fundamentado na perspectiva inclusiva da SEEDF e nas normas federais de acessibilidade digital, de modo que sua recusa configura barreira atitudinal e pedagógica.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, diversos desafios relacionados à inclusão educacional, e detalhados a seguir, foram identificados.

- Uma aluna com deficiência visual ainda não recebeu os recursos de tecnologia assistiva previstos no PPP.
- Um aluno com deficiência intelectual leve apresenta dificuldades de aprendizagem nos conteúdos de matemática, mas sua professora não sabe como adequar o currículo sem comprometer os objetivos da turma.
- Um aluno com dislexia continua sendo avaliado de forma padronizada, sem adaptações, acumulando reprovações.

Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora afirmou que o AEE poderia substituir parte do currículo regular do aluno com deficiência intelectual leve, e orientou o professor da sala comum a aguardar instruções externas antes de realizar quaisquer adaptações. Alguns docentes questionaram se o uso de leitores de tela e materiais em Braille para a aluna com deficiência visual configuraria um privilégio em detrimento dos demais estudantes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 44** A afirmação da gestão de que o AEE pode substituir parte do currículo comum do aluno com deficiência intelectual leve encontra respaldo nas políticas nacionais até os anos 1990, quando predominava a escolarização em instituições e classes especiais, mas contrariará a perspectiva inclusiva consolidada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reforçada nos documentos da SEEDF.
- 45** Ao afirmar que o AEE pode substituir parte do currículo do aluno com deficiência intelectual leve, a equipe gestora demonstrou alinhamento com as práticas pedagógicas inclusivas, que preveem adaptações curriculares voltadas às necessidades específicas dos estudantes, desde que orientadas e aprovadas por profissionais especializados.

- 46** O questionamento de alguns docentes a respeito do uso de Braille e leitores de tela como privilégios para a aluna com deficiência visual expressa uma visão equivocada, pois as tecnologias assistivas são instrumentos de acessibilidade amplamente reconhecidos como condição para garantir a igualdade de oportunidades na educação.
- 47** A situação do aluno diagnosticado com dislexia, mas avaliado exclusivamente por provas padronizadas, pode ser tratada da mesma forma que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual leve, uma vez que ambas se configuram como problemas de defasagem pedagógica, e não como transtornos específicos, não exigindo adaptações distintas.
- 48** A alegação de que o professor deverá esperar por orientações externas para adequar o currículo do aluno com deficiência intelectual leve ignora a função atribuída pela LDB (art. 13) e pelos documentos da SEEDF, que estabelecem como dever docente formular, aplicar, revisar e avaliar adequações curriculares em diálogo com o AEE, sem delegar tal função a instâncias externas.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, denúncias de estudantes com deficiência física revelam exclusão de atividades esportivas e comentários depreciativos de colegas, caracterizando práticas capacitistas. A coordenação pedagógica convocou uma reunião para estudo de caso envolvendo um aluno com TEA, mas afirmou que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias de ensino. Além disso, professores divergiram acerca do papel do AEE: alguns acreditam que o especialista deveria assumir toda a responsabilidade pela adequação curricular, liberando o professor da sala comum dessa função.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 49** Ao afirmar que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias pedagógicas para o aluno com TEA, a coordenação pedagógica estará em consonância com a LDB (art. 59), que condiciona a adequação do ensino a diagnósticos clínicos específicos e garante segurança jurídica ao processo.
- 50** A divergência entre os professores quanto ao papel do AEE evidencia equívoco: segundo a Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF, caberá ao professor especializado elaborar a adequação curricular do estudante, enquanto o docente da sala comum executa o plano em sala.

- 51** A decisão de restringir a participação de estudantes com deficiência física das atividades esportivas pode ser substituída por tarefas de registro em planilhas acerca das modalidades, como anotar regras, pontuações e estatísticas de jogos, sem vivenciar a prática motora. Essa medida será considerada pedagogicamente adequada, pois garante que os alunos participem da disciplina.
- 52** Os comentários depreciativos contra os estudantes com deficiência física configuram práticas capacitistas, que deverão ser enfrentadas com ações pedagógicas, de gestão e de conscientização da comunidade escolar, conforme orienta a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os documentos da SEEDF.

Em uma escola técnica federal do Distrito Federal, turma do 2º ano do ensino médio, três estudantes apresentaram perfis que demandam atenção pedagógica diferenciada: um aluno com deficiência visual severa utilizava recurso de leitura em Braille e *softwares* de acessibilidade, mas a escola não possui versões digitais de todos os materiais didáticos, limitando a sua participação em laboratórios de física e química. Uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) apresentava dificuldade de adaptação a mudanças de rotina, sensibilidade auditiva elevada e tendência a fixar-se em temas específicos, o que interferia na participação em trabalhos coletivos e debates em sala de aula. E havia um aluno com altas habilidades/superdotação, que dominava conteúdos complexos rapidamente e demonstrava necessidade de desafios curriculares avançados. A ausência de atividades diferenciadas provocava desinteresse e impacto negativo na interação social com colegas.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 53** O professor deve observar, registrar e analisar sistematicamente os padrões comportamentais, cognitivos e sensoriais da estudante com TEA, para planejar estratégias pedagógicas individualizadas que promovam participação efetiva, inclusão e aprendizagem significativa, mesmo que isso demande reorganização temporária de atividades coletivas.
- 54** Aplicar atividades em grupo de forma uniforme para os três alunos sem ajustes de ritmo, conteúdo ou suporte pedagógico individualizado é uma prática adequada, pois estratégias diferenciadas podem prejudicar a coesão da turma e gerar desigualdade entre estudantes.
- 55** Planejar atividades de enriquecimento e desafios adicionais para o aluno com altas habilidades/superdotação é obrigatório para garantir acesso pleno, engajamento, participação e aprendizagem significativa, respeitando as suas necessidades individuais e prevenindo desinteresse ou desmotivação.

Em uma escola do Distrito Federal, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendia a uma turma heterogênea de 2º segmento, composta de adultos com trajetórias educacionais e experiências de vida complexas: um aluno de 34 anos de idade, trabalhador noturno, analfabeto funcional, que dominava práticas manuais e conhecimentos comunitários, mas apresentava lacunas na leitura e na escrita formal; uma aluna de 42 anos de idade, mãe de três filhos, que possuía alfabetização funcional, mas apresentava baixa autoestima, dificuldade de participação em debates sobre cidadania e limitações na construção de argumentação crítica; e um aluno de 28 anos de idade, migrante, com domínio parcial da língua portuguesa, que apresentava competências numéricas aplicadas em seu trabalho informal, mas não conseguia transpor esses saberes para contextos escolares formais.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 56** A construção do currículo para o aluno de 34 anos de idade deve, necessariamente, valorizar saberes prévios, experiências de vida e contexto sociocultural, de modo que as atividades de alfabetização e letramento sejam funcionalmente significativas, fomentando aprendizagem autônoma e inclusão integral.
- 57** A promoção da aprendizagem significativa da aluna de 42 anos de idade e do aluno de 28 anos de idade pode ser alcançada por meio de atividades individualizadas e isoladas, pois a EJA prioriza a instrução formal e padronizada como estratégia equitativa.
- 58** O planejamento de matemática e língua portuguesa, para o aluno de 28 anos de idade e para o aluno de 34 anos de idade, deve considerar contexto sociocultural, saberes prévios, funcionalidade e aplicabilidade na vida cotidiana, garantindo aprendizagem significativa, engajamento, protagonismo e inclusão, respeitando ritmos e trajetórias individuais.

Em um centro educacional, situado no Distrito Federal, a equipe pedagógica enfrenta impasses na organização das turmas da EJA. Entre os matriculados, há estudantes surdos usuários de Libras, jovens com TEA e adultos trabalhadores com histórico de evasão escolar. A direção defende que a alocação dos educandos em turmas regulares deve prevalecer sobre qualquer adequação específica, priorizando a logística da lotação. Parte dos docentes sustenta que as turmas inclusivas da EJA não necessitam de objetivos próprios, bastando replicar os das demais modalidades regulares.

Além disso, a estratégia de matrícula foi aplicada apenas pelo critério cronológico de inscrição, sem a avaliação das necessidades educacionais especiais, o que gerou concentração de estudantes com deficiência em uma única turma.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 59** A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 assegura que os objetivos pedagógicos das turmas da EJA devem considerar, sempre que possível, as necessidades específicas de cada estudante, inclusive daqueles com deficiência ou TEA, garantindo a flexibilização curricular e as estratégias de acessibilidade, como forma de promover a equidade e a participação plena no processo educativo.

- 60** É juridicamente aceitável que a matrícula de estudantes com deficiência ou TEA siga exclusivamente a ordem cronológica de inscrição, ainda que isso resulte na segregação em turmas específicas, pois tal procedimento respeita a legalidade administrativa e garante transparência no processo.

- 61** A organização das turmas da EJA, segundo os documentos norteadores da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF, deve contemplar a diversidade etária, sociocultural e as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou TEA, constituindo-se como medida de equidade pedagógica.

Duas unidades públicas – um centro de educação infantil (CEI), que atende a pré-escola (4 e 5 anos de idade), e uma escola classe, que atende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) – enfrentam múltiplos desafios para adequar o currículo e as práticas pedagógicas às legislações distritais de inclusão e diversidade. Observam-se as seguintes situações:

- Durante a organização do currículo na escola classe, a coordenação percebeu que as aulas não contemplavam sistematicamente conteúdos acerca da Lei Maria da Penha.
- Um professor da escola classe relatou dificuldade em planejar atividades para o Dia de Combate à LGTBfobia, sem gerar constrangimentos ou preconceitos.
- O CEI recebeu recentemente crianças migrantes e refugiadas de 4 anos de idade, mas não havia procedimento formal de matrícula imediata.
- Estudantes indígenas matriculados na escola classe enfrentaram dificuldades de integração.
- O CEI não estava priorizando a recepção de crianças indígenas.

As direções das duas unidades solicitam que a equipe pedagógica elabore um plano de ação estratégico, garantindo o cumprimento das leis e das portarias vigentes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 62** A omissão de estratégias sistemáticas de ensino a respeito das noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo da escola classe não configurará descumprimento legal, uma vez que essa lei apenas recomenda uma abordagem transversal, podendo ser abordada de forma eventual em atividades pontuais.
- 63** A promoção de atividades lúdicas e pedagógicas, com debates sobre respeito à diversidade sexual, no Dia de Combate à LGTBfobia, instituído pela Lei Distrital nº 4.374/2009, coaduna-se com a finalidade da data e com os princípios de educação inclusiva.
- 64** Conforme a Lei Distrital nº 7.395/2024, admite-se o diferimento da matrícula em CEI, mediante autorização prévia e específica da autoridade competente da SEEDF, para crianças migrantes, refugiadas e apátridas, durante a conferência documental, sem ofensa à norma; tal faculdade não alcança as creches públicas distritais.

- 65** A escola classe deve implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes indígenas, incluindo ensino intercultural e bilíngue, respeito às identidades étnicas e valorização das línguas e saberes tradicionais, conforme está definido na Portaria SEEDF nº 279/2018, garantindo acolhimento e permanência efetiva desses estudantes na rede pública.
- 66** Sendo o CEI uma instituição de educação infantil da rede pública, aplica-se a ele a prioridade de matrícula para crianças indígenas, a qual está prevista na Lei Distrital nº 5.816/2017; a reserva de vaga exigirá a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), além dos demais documentos requeridos pela SEEDF. Igual previsão se estende às creches da rede pública do DF.

Uma estudante quilombola de uma turma do 5º ano de uma escola relata que os materiais didáticos utilizados não contemplam referências à história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a turma não possui uma rotina estruturada de educação em direitos humanos, nem ações voltadas à equidade étnico-racial.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas relacionadas, julgue os itens a seguir.

- 67** A ausência de uma rotina estruturada de educação em direitos humanos na turma da estudante está em desacordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que determinará que essa temática deve ser tratada como uma disciplina autônoma nos currículos da educação básica.
- 68** Os materiais didáticos deverão incluir, a partir do 2º ano do ensino fundamental, conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana, em consonância com a Política Nacional de Implementação de Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 69** A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) prevê que a implementação de ações estruturadas para a promoção da equidade étnico-racial, ausentes na rotina da turma da estudante, poderá ser realizada de forma gradual. Dessa forma, a não existência imediata dessas ações não caracteriza um descumprimento direto da legislação, mas, sim, uma etapa natural do processo de adaptação da escola.
- 70** Diante do caso apresentado, a medida adequada e alinhada às políticas públicas será revisar o planejamento e os materiais didáticos para garantir, de forma transversal e contínua, a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, bem como instituir uma rotina estruturada de educação em direitos humanos com acompanhamento periódico. Assim, ações pontuais, como aulas isoladas ou datas comemorativas, são insuficientes para superar o problema identificado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Strengere Handy-Regeln in einigen Bundes-Ländern

In Deutschland sind für viele Kinder und Jugendliche die Ferien zu Ende. Zum Beginn von dem neuen Schul-Jahr gibt es in einigen Bundes-Ländern neue Regeln für die Handy-Nutzung. Dort dürfen Schülerinnen und Schüler ihre Handys in der Schule nicht mehr einschalten.

Die Regeln sind in allen Bundes-Ländern unterschiedlich. Manchmal sind Handys nur an Grund-Schulen verboten. Besonders streng sind die Regeln in Hessen: Dort sind Handys an allen Schulen verboten. In einigen Bundes-Ländern können die Schulen selbst entscheiden, ob sie Handys verbieten oder erlauben.

Einige Experten meinen: Kinder und Jugendliche benutzen zu oft ihr Handy. Die Schüler sind dann abgelenkt. Sie lernen vielleicht besser ohne Handy. Einige Kinder und Jugendliche sind auch süchtig und nutzen ihr Handy sehr oft und lange.

Es gibt auch eine neue Studie zu Schulen. Die Studie heißt Bildungs-Monitor. Darin steht: Die Schulen werden seit 10 Jahren immer schlechter. Auch die Studie sagt: Ein Problem sind Handys. Kinder nutzen sie zu viel und können sich dann in der Schule nicht konzentrieren. Ein anderes Problem sind zum Beispiel viele Geflüchtete. Sie sprechen oft noch nicht so gut Deutsch.

Internet: <nachrichtenleicht.de> (mit Anpassungen).

Bewerten Sie die folgenden Aussagen anhand der allgemeinen Aspekte des Textes.

- 71** „von dem neuen Schul-Jahr gibt es in einigen Bundes-Ländern neue Regeln für die Handy-Nutzung.“ Grammatikalisch lässt sich feststellen, dass dieser Satz Attribute enthält.
- 72** „ob sie Handys verbieten oder erlauben.“ In diesem Nebensatz ist es auch möglich und korrekt, die Position des Subjektes zu ändern, ohne die Grammatik zu beeinträchtigen.
- 73** „Die Schüler sind dann abgelenkt“ Man kann das Adjektiv „abgelenkt“ für **unaufmerksam** ersetzen. Dann wäre der folgende Satz semantischerweise möglich: **Die Schüler sind dann aufmerksam.**
- 74** Laut der Studie, die Bildungs-Monitor heißt, wirkt sich die übermäßige Handynutzung in den letzten Jahren negativ auch auf das Deutschlernen von Schülern aus dem Ausland aus.
- 75** „seit 10 Jahren“, im Plural wird an Substantive ein ‚-n‘ angehängt, sofern sie nicht bereits auf ‚-n‘ enden, da ‚seit‘ stets den Akkusativ verlangt.

Braucht man mich als Lehrperson überhaupt noch?

Der Wert des Sprachenlehrens geht über die reine Vermittlung sprachlicher Kompetenzen hinaus. Meine didaktischen und methodischen Kompetenzen als Lehrperson verlieren mit verstärkter Nutzung und Implementierung (generativer) Künstlicher Intelligenz keinesfalls an Bedeutung, sondern werden im Gegenteil sogar noch wichtiger: Damit die Anwendung verschiedener KI-Tools überhaupt eine Lerngelegenheit darstellt und zum Lernen führt, müssen Kompetenzen, wie Sprachenlernen mit deren Hilfe aussehen kann, vermittelt werden.

Das bedeutet konkret für das Sprachenlernen und -lehren in DaF/DaZ-Kontexten: (Grundlegendes technisches) Wissen über KI-Tools und ihre Wirkung auf den LehrLernprozess helfen dabei, Möglichkeiten und Grenzen einer Anwendung beim Sprachenlernen zu erkennen.

Ich als Lehrperson kann also maßgeblich beeinflussen, welche Rolle KI in meinem Unterrichtsraum einnimmt und wie Lerner:innen auch außerhalb dieses Raumes mit dem Thema umgehen.

Schreibkompetenz ist eine Kernkompetenz. Schreiben ermöglicht den Lerner:innen nicht nur die Anwendung grammatischer Strukturen und lexikalischer Elemente, sondern erfordert auch eine kreative Ausdrucksfähigkeit sowie Anpassung an die Leser:innenschaft. KI-Tools können hier eine unterstützende und auch ko-aktive (Steinhoff, 2023) Rolle spielen, indem sie beispielsweise automatisierte Korrektur- und Feedbackfunktionen bieten, bestimmte Register zur Verfügung stellen oder auch Texte vervollständigen. Durch die Analyse von Texten können KI-Tools individuelle Probleme identifizieren und Lerner:innen gezielte Hinweise zur Verbesserung ihrer schriftlichen Fähigkeiten geben.

In einer zunehmend digitalisierten Welt ist die Fähigkeit, Informationen aus unterschiedlichen Quellen zu suchen und Zusammenhänge genauestens zu recherchieren, von entscheidender Bedeutung und zugleich eine der größten Herausforderungen. KI-Tools können den Lerner:innen helfen, effektive Suchstrategien zu entwickeln und relevante Informationen zu extrahieren. Dies ist ebenso besonders relevant im DaF/DaZ-Kontext, wo Lerner:innen währenddessen nicht nur sprachliche Fähigkeiten entwickeln, sondern auch kulturelle und thematische Aspekte der Zielsprache verstehen müssen.

Internet: <epub.ub.uni-muenchen.de> (mit Anpassungen).

Bewerten Sie die folgenden Aussagen anhand der allgemeinen Aspekte des Textes.

- 76 Gemäß dem Text führt der zunehmende Einsatz von Instrumenten der Künstlichen Intelligenz dazu, dass die didaktischen und methodischen Kompetenzen von Sprachlehrkräften in ihrer relativen Bedeutung abnehmen, da bestimmte traditionelle Aufgabenbereiche zunehmend durch technologische Systeme übernommen werden.
- 77 „Der Wert des Sprachenlehrens geht über die reine Vermittlung sprachlicher Kompetenzen hinaus.“ könnte korrekt umgeschrieben werden, **Der Wert des Sprachenlehrens überschreitet die reine Vermittlung sprachlicher Kompetenzen**, ohne die Bedeutung des Textes zu verändern.
- 78 „mit verstärkter Nutzung und Implementierung“, das Suffix der beiden Substantive weist sie als feminine Nomen aus. Die Endung **-er** am Adjektiv entspricht dem Dativ Singular Femininum und ergibt sich aus dem Fehlen eines bestimmten oder unbestimmten Artikels im Satz, was auf eine starke Adjektivdeklination hinweist.
- 79 Im Begriff „vermittelt“ bewirkt die Verdopplung des Konsonanten „tt“, dass der vorhergehende Vokal „i“ lang ausgesprochen wird.
- 80 Der Sp-Laut in *Sprachenlernen* [ˈʃpra:xən,lɛrnən] ähnelt dem Laut in „spielen“ [ˈʃpi:lən], während der Laut „s“ in *als* dem in Haus ähnlich ist. Anhand dieser Beispiele sieht man, dass der Buchstabe „s“ im Deutschen unterschiedliche Aussprachen hat.
- 81 Eine typische Eigenschaft des Deutschen bei zusammengesetzten Wörtern ist die Verwendung von Fugenelementen zwischen den Wortteilen. Typische Fugenelemente sind zum Beispiel „-s-“, „-e-“, „-n-“ oder „-en-“. Im Beispiel „Unterrichtsraum“ und „Ausdrucksfähigkeit“ wurde das „-s-“ eingefügt, da es den flüssigen Sprechfluss erleichtert. Außerdem tritt das Fugen-s häufig auf, wenn das erste Wort auf einen Konsonanten endet.
- 82 Die Konnektoren „nicht nur“, „sondern auch“ sind zweiteilige Konnektoren, die verschiedene Funktionen haben, z.B. Einschränkungen, Gegensätze, Alternativen und Aufzählungen. Die Funktion dieser beiden Konnektoren ist: Alternative.
- 83 Die Regel der Nachsilbe *-weise* bei Adverbien sagt, dass zwischen Adjektiv oder Nomen und der Nachsilbe *-weise* steht meistens ein Fugenelement. Zwischen Nomen und *-weise* steht meistens „s“, wie z.B. im „beispielsweise“.
- 84 Das Pronomen „ihrer“ bezieht sich in diesem Satz auf die „KI-Tools“.
- 85 Neben der Hervorhebung, dass Schreibfähigkeiten eine zentrale Kompetenz für Lernende von Deutsch als Fremdsprache sind, zeigt der Text auch, wie Werkzeuge der Künstlichen Intelligenz die Lernenden unterstützen können, um sprachliche Kenntnisse zu verbessern, durch Übung, Korrekturen und personalisierte Vorschläge und um kulturelle Aspekte zu verstehen, indem sie authentische Kontexte und Sprachverwendungen erleben. Die KI ersetzt nicht die Lehrkraft, sondern ergänzt den Lernprozess und macht ihn effizienter und kontextbezogener.

DaZ-Ratgeber: Interkulturelles Lernen

Ein anspruchsvolles Unterrichtskonzept

Verschiedene Lebenswelten, insbesondere Migrationserfahrungen, zusammen mit den vielfältigen Muttersprachen, stellen Schulen vor ganz neue Herausforderungen.

Allgemeine Informationen

Der Handlungsdruck der Lehrerinnen und Lehrer in den Klassenzimmern wird größer, weil die Kinder der heutigen Schulen aus allen Teilen der Welt kommen. Lehrende brauchen vermehrt Formulierungshilfen für ihren beruflichen Alltag. Zu komplex werden die Anforderungen durch den neuen nach Europa und Deutschland strömenden kulturellen Input.

Sensibilität entwickeln, Know-how erwerben

Lehrkräfte sind gefordert, sich eigene Vorurteile und kulturelle Hintergründe bewusst zu machen und sich in fremde Kulturen einzufühlen. Lehrerinnen und Lehrer, denen die ethnischen Hintergründe ihrer Schulkinder bekannt sind, entwickeln eine Sensibilität für die kulturellen Unterschiede. Sie können in ihrem Unterricht spielerisch damit umgehen und auch in Elterngesprächen geschickt agieren.

Lernen auf Augenhöhe

Schule muss sich der kulturellen Vielfalt öffnen, ohne Verwirrung zu stiften. Interkulturelles Lernen, das ist also Lernen übereinander, miteinander und voneinander. Auf Augenhöhe.

Eltern mit ins Boot holen

Wichtig ist es, nicht nur zu den Kindern einen wertschätzenden Kontakt aufzubauen, sondern sich abseits des Unterrichts auch Zeit dafür zu nehmen, die Eltern der Migrantenkinder transparent zu informieren und mit ins Boot zu holen – von Anfang an. Auch wenn die Erwachsenen die deutsche Sprache häufig noch nicht besonders gut sprechen, können sie doch **im Schulalltag** wertvolle Helfer sein.

Internet: <www.cornelsen.de> (mit Anpassungen).

Bewerten Sie die folgenden Aussagen anhand der allgemeinen Aspekte des Textes.

- 86 Der Text zeigt, dass interkulturelles Lernen auf gegenseitigem Austausch und Respekt basiert, die Erfahrungen, Kulturen und das Wissen jedes Lernenden wertschätzt, ohne Hierarchien, und Gleichberechtigung sowie gegenseitiges Verständnis fördert.
- 87 So geht aus dem Text hervor, dass Lehrer und Lehrerinnen dabei kulturellen Unterschiede ignorieren sollten, um neutral zu bleiben.

- 88 Man kann bestätigen, dass die Endung „en“ nach den folgenden Präpositionen „aus allen“, „für ihren beruflichen“, „durch den neuen“, zu derselben grammatischen Regel gehört.
- 89 Das Wissen um die ethnischen Hintergründe der Schüler hilft Lehrkräften, sensibel auf kulturelle Unterschiede zu reagieren.
- 90 „Sie können in ihrem Unterricht spielerisch damit umgehen und auch in Elterngesprächen geschickt agieren.“ Man kann sagen, dass es sich bei diesem Beispiel eines Hauptsatzes mit Modalverb um eine Satzklammer handelt. Er könnte wie folgt umgeschrieben werden: **Sie können auch in Elterngesprächen agieren können** – ohne dass dadurch ein grammatischer Fehler entsteht.
- 91 Der Ausdruck „Auf Augenhöhe lernen“ bedeutet, dass alle Beteiligten gleichwertig behandelt werden.
- 92 Der deutsche Ausdruck „Eltern mit ins Boot holen“ bedeutet, dass Lehrerinnen und Lehrer die Eltern ausschließen, um selbstständig Entscheidungen zu treffen.
- 93 „Wichtig ist es, nicht nur zu den Kindern einen wertschätzenden Kontakt aufzubauen, sondern sich abseits des Unterrichts auch Zeit dafür zu nehmen.“ Das Verb steht korrekt an zweiter Stelle im Hauptsatz und am Ende im Infinitivsatz.
- 94 „Auch wenn die Erwachsenen die deutsche Sprache häufig noch nicht besonders gut sprechen, können sie doch im Schulalltag wertvolle Helfer sein.“ Die folgende Version wäre auch korrekt: **Können sie doch im Schulalltag wertvolle Helfer sein, auch wenn die Erwachsenen die deutsche Sprache häufig noch nicht besonders gut sprechen.**
- 95 Bei „im Schulalltag“ entsteht die Verbindung, weil die Präposition ‚in‘ den Dativ verlangt und das Substantiv maskulin Singular ist – also nicht allein wegen des Geschlechts.

Didaktisch-methodische Prinzipien

DLL favorisiert keine bestimmte Methode, Deutsch zu vermitteln. Vielmehr werden didaktisch-methodische Prinzipien empfohlen, die nach aktuellen Erkenntnissen geeignet sind, beim Erlernen einer fremden Sprache einen hohen Lernerfolg zu erzielen und die Lernenden zum sprachlichen Handeln zu befähigen. Dies sind im Einzelnen:

Lernerorientierung

Ein Unterricht, der sich an den Teilnehmenden orientiert, berücksichtigt ihre Individualität, ihre Interessen und ihre Sprachlernbedürfnisse. Dies heißt unter anderem, dass Lernmaterialien und Arbeitsformen auf die spezifische Lernergruppe abgestimmt werden und dass den Lernenden eine Auswahl an verschiedenen Aufgaben und Vorgehensweisen angeboten wird. Dies soll die Motivation der Lernenden positiv beeinflussen.

Handlungsorientierung

Sprachunterricht, der diesem Prinzip folgt, bereitet Lernende darauf vor, sprachlich handeln zu können, und simuliert dies auch in der Klasse/im Kurs. Mit „kommunikativer Kompetenz“ als oberstem Lernziel des Unterrichts fokussiert man kommunikative Situationen, authentische Sprechansätze und Lernmaterialien sowie pragmatisch angemessenes sprachliches Handeln. Handlungsorientierung umfasst das oft genannte Prinzip „Kommunikationsorientierung“.

Interaktionsorientierung

Interaktionsorientierung erfordert, dass die Lernenden durch Aufgabenstellungen dazu angeregt werden, miteinander zu kooperieren. Das heißt zum Beispiel, dass sie eigene Auffassungen ausdrücken und auf andere eingehen können. Aufgaben müssen dafür so angelegt sein, dass die Lernenden miteinander interagieren müssen, zum Beispiel in Form von Rollenspielen, durch den Einsatz unterschiedlicher Sozialformen oder durch Aufgabenstellungen, die dazu auffordern, etwas auszuhandeln, jemanden zu überzeugen oder über etwas zu informieren, das der Gesprächspartner noch nicht weiß.

Mehrsprachigkeitsorientierung

Meist haben Deutschlernende schon eine andere Fremdsprache gelernt, die ihnen zum Beispiel dabei helfen kann, bestimmte Strukturen der Zielsprache schneller zu erkennen und die Bedeutung von Wörtern zu erschließen. Der Unterricht soll deshalb im Sinne der Mehrsprachigkeitsorientierung an den Sprachlern- und Kommunikationserfahrungen der Lernenden anknüpfen.

Quelle: Handbuch zur Durchführung einer Fort- und Weiterbildung mit Deutsch Lehren Lernen. Goethe-Institut (2013), S.11 ff.

Bewerten Sie die folgenden Aussagen anhand der allgemeinen Aspekte des Textes.

- 96 DLL (*Deutsch Lehren Lernen*) des Goethe-Instituts schreibt eine feste Methode vor, um Deutsch zu vermitteln und man kann auch feststellen, dass Lehrende nach DLL immer nur diese Methode benutzen sollen.
- 97 „Vielmehr werden didaktisch-methodische Prinzipien empfohlen.“ Der Satz steht im Vorgangspassiv Präsens (werden + Partizip II). Das Subjekt ist „didaktisch-methodische Prinzipien“. In diesem Passivsatz ist der Handelnde (Agens) genannt und der dazugehörige Aktivsatz lautet: **Man empfiehlt vielmehr didaktisch-methodische Prinzipien.**
- 98 „beim Erlernen.“ Man erkennt „Erlernen“ als Substantiv, da es großgeschrieben wird und eine Nominalisierung des Verbs „erlernen“ darstellt. Außerdem ist „Erlernen“ neutral und steht hier im Dativ, da die Präposition „bei“ den Dativ verlangt.

- 99 „Dies heißt unter anderem, dass Lernmaterialien und Arbeitsformen auf die spezifische Lernergruppe abgestimmt werden und dass den Lernenden eine Auswahl an verschiedenen Aufgaben und Vorgehensweisen angeboten wird.“ Im Satz, „den Lernenden“ steht im Akkusativ Singular. Man findet hier ein Beispiel der n-Deklination, also im Nominativ Singular: *der Lernende*; und im Akkusativ/Dativ/Genitiv Singular: *den/dem/des Lernenden*. Im Plural lautet die Form in allen obliquen Fällen *den Lernenden* (Dativ), die Lernenden (Nom./Akk.), *der Lernenden* (Gen.).
- 100 Didaktisch-methodische Prinzipien sind zentral im DLL-Konzept und ein Ziel ist, die Lernenden zum sprachlichen Handeln zu befähigen.
- 101 „pragmatisch angemessenes sprachliches Handeln“ ist im Nominativ Singular mit schwacher Adjektivdeklination.
- 102 Erfordert, das Verb „erfordern“ ist ein regelmäßiges (schwaches) Verb und steht im Text in der Form ‚erfordert‘ (Präsens, 3. Person Singular).
- 103 “Das heißt zum Beispiel, dass sie eigene Auffassungen ausdrücken und auf andere eingehen können.” Im Hinblick auf Aspekte der Aussprache kann man bestätigen, dass das “ei” im Beispiel als Diphthong gesprochen wird, dass das Wort “eigene” auf der ersten Silbe “ei” betont wird und, dass man das “ff” in “Auffassungen” als langen Laut spricht.
- 104 „durch den Einsatz unterschiedlicher Sozialformen.“ Es ist möglich das Wort „Einsatz“ durch **Verzicht** ersetzen, weil die beiden Wörter die gleiche Bedeutung entstehen.
- 105 In Bezug auf den Textabschnitt zur „Mehrsprachigkeitsorientierung“ lässt sich feststellen, dass der Unterricht ausschließlich neue Wörter einführen soll, ohne Bezüge zu anderen Sprachen herzustellen.

Com base nas Diretrizes Pedagógicas dos Centros Interescolares de Línguas (CILs), julgue os itens a seguir.

- 106 O primeiro Centro Interescolar de Línguas do Distrito Federal foi fundado em 1975, a partir da iniciativa da professora Nilce do Val Galante. Entre os seus principais objetivos, os CILs buscam oferecer uma formação completa aos alunos, estimulando cidadania, a prática da sustentabilidade e o respeito aos direitos humanos.
- 107 A Lei Distrital nº 5.536/2015 assegurou o direito de acesso da comunidade, independentemente da existência de vagas disponíveis.
- 108 O regime de tributabilidade possibilitava que estudantes de escolas públicas fossem atendidos no contraturno, encaminhando as notas de língua para a sua escola de origem.
- 109 As vagas nos CILs são preenchidas por sorteio. As inscrições ocorrem semestralmente, seguindo o cronograma da Secretaria de Educação do DF. A prioridade é dada aos alunos da rede pública, sendo que a comunidade pode participar das vagas remanescentes. E, quanto à avaliação formativa nos CILs, ela inclui acompanhamento contínuo do aluno, observando o seu progresso ao longo do curso.

- 110 A promoção da cidadania, da inclusão social e do acesso à cultura de outros países está entre os objetivos gerais dos CILs.
- 111 Somente os alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA) podem frequentar os CILs, não sendo permitida a participação de estudantes do ensino fundamental.

De acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal para o componente curricular língua estrangeira no ensino fundamental, julgue os itens seguintes.

- 112 O Currículo em Movimento propõe que o ensino de língua estrangeira moderna (LEM) seja comunicativo e significativo, integrando práticas sociais reais. A abordagem busca: equilibrar ensino gramatical e comunicativo; desenvolver a autonomia dos estudantes; e promover valores como cidadania, direitos humanos, diversidade e sustentabilidade.
- 113 Segundo Almeida Filho (1993), a abordagem proposta no Currículo em Movimento sugere que a gramática deve ser aprendida apenas após o domínio completo das competências comunicativas.
- 114 O Currículo em Movimento incentiva a aprendizagem individual, sem necessariamente ter relação com temas interdisciplinares ou valores sociais.
- 115 Segundo Krashen (1982), a aprendizagem de uma língua estrangeira ocorre de forma subconsciente, enquanto a aquisição depende do estudo consciente de regras gramaticais.
- 116 Almeida Filho (1987) defende que o ensino de línguas deve privilegiar ambientes que favoreçam o uso real da língua, promovendo a aquisição mais do que a aprendizagem.
- 117 Nos anos finais do ensino fundamental, o currículo em movimento sugere o uso de jogos, leitura, teatro, música e tecnologias para tornar a aprendizagem mais dinâmica.
- 118 O documento serve como guia para educadores, promovendo práticas que consideram a realidade dos estudantes e incentivam a cidadania e a diversidade.
- 119 O ensino de LEM no ensino fundamental – anos finais deve priorizar a gramática e a tradução de textos, e não um enfoque insistente na comunicação real ou intercultural.
- 120 No ensino fundamental – anos finais, as atividades de LEM devem focar em temas culturais ou interculturais, mas privilegiar a forma correta da língua.



RASCUNHO